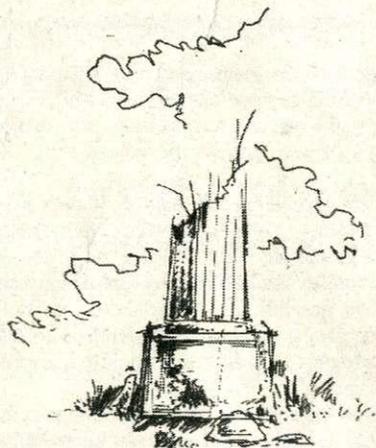


Conselhos de Educação



Mesmo previstos na Constituição como instrumento de participação e controle social do Estado, os Conselhos de Educação não cumprem suas funções. A corrupção e o tráfico de influência se transformaram em suas marcas ao longo do tempo. Profissionais defendem que a população se mobilize em busca de novas alternativas para modificar esse quadro.

Págs. 8 a 10



**Lei
4.119**

Congresso Nacional Constituinte

Fórum de debates avalia se momento é bom para propor mudanças na legislação que regulamenta a profissão de psicólogo. Na jurisdição do CRP-06 existem duas opções de ação diferenciadas. Veja quais são.

Pág. 16

Ética

Processos em discussão

Psicóloga conta sua experiência de três anos em que passou por um julgamento que não deveria ter existido.

Págs. 6 e 7

Entrevista

Sigmar Malvezzi



O professor e consultor em recursos humanos faz uma avaliação das transformações da psicologia organizacional ao longo do tempo e afirma que a saída para os que estão se formando é investir num curso de mestrado.

Págs. 3 a 5

Orientação

Laudos psicológicos

Grande número de consultas ao Centro de Orientação dizem respeito à formulação dos laudos. O CRP fez uma síntese das dúvidas mais comuns e recomenda: profissional deve ficar atento às leis e fugir de generalizações.

Págs. 11

Psicólogos de todo o país elegem este ano as novas gestões dos Conselhos Regionais e Nacional. Veja calendário eleitoral e condições para inscrição de chapas na pág. 15.

Recursos Humanos



Profissionais dão suas opiniões sobre a psicologia do trabalho e dizem que currículo escolar precisa de reformulações urgentes.

Págs. 12 e 13

A MP e as reais necessidades da Educação

A Medida Provisória nº 938, da educação brasileira, é reveladora de dois aspectos básicos do governo atual: o estilo FHC de administrar e o desrespeito com que serão tratados os temas sociais. Aquele que ontem condenava o uso e abuso da medida provisória como um instrumento para encaminhar os problemas do país, hoje a ela recorre com frequência. Agiu assim quando ainda ministro, para impor o Plano Real. Reafirmou o estilo com a MP da educação e assim procederá sempre que se fizer necessário instaurar no âmbito legislativo o já conhecido lema do "toma lá dá cá."

Quanto ao conteúdo da MP é necessário dizer que, mais do que avaliar os cursos superiores através de um exame final aplicado ao aluno, conforme vem sendo divulgado de forma simplista pela grande imprensa, ela visa ordenar a educação brasileira.

É, portanto, abrangente. Cria o Conselho Nacional da Educação, subdividindo-o em dois setores (educação básica e superior), estabelece as regras para eleição dos reitores das universidades públicas e institui a avaliação dos cursos através dos exames de conhecimentos adquiridos pelos alunos. Apesar disso, sequer resvala muitos dos problemas cruciais da educação.

Em contrapartida, todos esses pontos estão contemplados no projeto de LDB elaborado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, com a participação de mais de 40 entidades do setor da educação, que aguarda votação no Senado Federal desde o final dos anos 80.

É de se perguntar, então, por que o governo não adotou o texto da LDB que foi elaborado a duras penas e contou com a participação das diversas entidades nacionais? Este, apesar dos problemas e deformações, possui o mérito inegável de representar, de fato, os interesses dos setores envolvidos com a questão educacional. Mesmo que os setores que assessoram o governo discordem de seu texto, porque não adotá-lo como um referencial para ordenar a educação brasileira, em vez de se contraporem a ele?

O cotejamento da proposta contida na LDB com a MP indica que as diferenças não se restringem a alterações superficiais ou de "método" na condução da educação. Antes aponta o desprezo pelo esforço de segmentos comprometidos com a democratização e qualificação do setor e uma opção política claramente voltada para os interes-

ses das elites instaladas no poder.

A representação no Conselho Nacional da Educação é o melhor indicador dessa política. Se a LDB previa uma composição do Conselho Nacional da Educação a partir de critérios de representatividade, a MP subverte tal composição devolvendo o controle ao poder executivo, a exemplo do que vinha acontecendo com o extinto Conselho Federal de Educação. Eis a forma como estão agindo os arautos do parlamentarismo e da descentralização de poderes.

Muitos têm defendido que pelo menos a MP guarda o mérito de levantar a polêmica sobre a avaliação das universidades. Esse argumento é insustentável por desprezar aspectos básicos da discussão.

Primeiro, há um consenso nacional, reconhecido também pelo ministro Paulo Renato de Souza, quanto à necessidade de se avaliar o ensino superior no país, em termos quantitativos e qualitativos. Não há polêmica quanto a esse ponto. A diferença está em que enquanto a LDB, em que pese a sua precariedade, estabelece uma avaliação institucional das faculdades e universidades, este dispositivo, por algum motivo, não interessou ao atual governo que preferiu substituí-lo pela avaliação dos alunos.

Da mesma forma que continua válida a explicação de Marx sobre a expropriação do trabalho na esfera da produção da mercadoria, é válida a analogia de que a má qualidade dos cursos encontra-se no processo da formação que é proporcionada ao aluno. Não entender isso é o mesmo que querer um controle de qualidade sem tocar no processo da produção.

Em muitas áreas do conhecimento sabe-se já quais são as instituições que se preocupam em oferecer bons cursos e aquelas que são simplesmente fábricas de diplomas. Por que não avaliá-los de pronto, incentivando e fortalecendo os bons cursos e extinguindo os maus cursos? Levar a cabo a avaliação da universidade não é tarefa simples. Mas fazer isso de maneira indireta e simplista, como pretende a MP, é chocante.

Diante disso, o melhor que o governo poderia fazer é partir do texto da LDB, incluir as entidades de educação, os Conselhos profissionais e as universidades para, de fato, enfrentar a grave crise do ensino brasileiro. Esta é, sem dúvida, a única forma de tirar o país do subdesenvolvimento e da dependência que, se hoje são crônicos, amanhã serão definitivos.

CARTAS

Testes psicológicos

Todo esse problema sobre as medidas psicológicas que o Conselho e CRPs enfrentam é devido à má formação profissional da maioria dos nossos colegas, porque os cursos universitários (profissionais e bacharelados) não fornecem bases e conhecimento experimentais para o exercício profissional.

Não existem, na maioria dos cursos de formação psicológica, o ensino da psicometria e, mais importante, a prática real e suficiente do uso adequado dos instrumentos de medida da psicologia, os TESTES.

(...)

O psicólogo clínico que não usa os métodos experimentais, científicos de pesquisa, é como o antigo "médico de família, baseado no método introspectivo (lógico que como entrevistado ele pode ser útil), não experimental, não cientificamente moderno.

Hoje, como os senhores sabem, o médico com formação adequada não chega ao diagnóstico sem usar os modernos métodos experimentais de sua ciência: testes de laboratório, testes de eletrocardiograma, eletroencefalograma (...), além dos antigos mas indispensáveis aparelho de pressão, contagem de pulsação etc.

(...) A psicologia, embora seu campo de medida, os testes, não tenha evoluído tanto como na medicina (por culpa dos próprios colegas e circunstâncias), possui um acervo extraordinário

e científico de instrumentos de medidas (testes) elaborados por cientistas do nosso campo e infelizmente mal conhecidos, mal usados e ignorados pela maioria dos colegas.

(...)

Pela experiência de mais de 48 anos no uso dos testes (...) não concordo com a frase da atual gestão do CRP (de que os testes aplicados numa avaliação psicológica não habilitam ou desabilitam o candidato, mas devem servir para o seu enquadramento num determinado perfil, de acordo com as exigências de cada caso).

Esse pensamento anula um dos processos básicos da psicologia aplicada ao trabalho, a seleção profissional e também os diagnósticos psicológicos para vários fins ou objetivos.

(...)

Grande parte dos testes que utilizamos são testes adaptados com técnicas psicométricas, oriundos de entidades estrangeiras que têm recursos para pesquisas e elaboração desses instrumentos. Aquelas entidades têm seus representantes no Brasil, como a mais antiga, a Cepa, com sede no Rio de Janeiro e sucursal autorizada em São Paulo, o Instituto Pieron.

É regra da psicometria utilizarmos os testes já elaborados melhorando-os e aprimorando-os quando necessário, do que elaborarmos um teste equivalente, processo muito mais complexo e mais caro. (...)

Seria uma excelente sugestão ao CRP estimular, divulgar e promover os trabalhos

científicos neste campo da psicologia, inclusive a modernização, informatização e pesquisa realizadas no campo das medidas e emprego dos testes psicológicos para conhecimento geral dos colegas.

A comissão nomeada para o estudo do assunto poderia transformar-se numa comissão permanente de assessoramento, mantendo um espaço regular no Jornal do CRP para determinações, informações, orientação, ajuda e respostas a dúvidas dos colegas nesse setor tão importante da nossa ciência, a psicologia.

José Novaes Paternostro
CRP 06 00025/06

O isolamento dos psicólogos

Ao ler o Jornal do CRP número 90, de novembro/dezembro, fiquei totalmente solidária com a colega Ângela M. Damasco - CRP 06/37939-7, que escreveu para o espaço cartas.

Eu tenho metade de sua experiência, mas também acho que não é a questão do profissional psicólogo isolar-se em seus consultórios. Assim como Ângela, penso que estamos isolados pela classe dos psicólogos deste país.

Nós, psicólogos, nos tornamos uma classe autôfaga. Encontramos psicólogo ministrando cursos, realizando supervisões, fazendo palestras, simpósios etc. somente para outros psicólogos, isto é, psicólogo cuidando de

psicólogo. Penso que precisamos encontrar uma saída desse ciclo vicioso e fechado. Precisamos nos tornar mais indispensáveis a toda a população.

Precisamos confiar mais em nosso trabalho e tentar esclarecer aos leigos o que vem a ser um processo psicoterápico. A psicologia atual parece estar preocupada em fazer caridade ou autôfagamente cuidar de outros psicólogos.

Vamos reverter essa situação quando nos conscientizarmos que nossa ciência é real, im- perativa e do futuro próximo.

Magda Ribeiro Fernandes
CRP 38261-8

Luta antimanicomial

Animada pela atitude recente da comunidade brasileira da defesa do doente mental ser integrado ao convívio normal e não internado, lhes escrevo, pois sofri tal estigma — ainda luto contra a doença —, tendo passado por muitas internações entre 22 e 41 anos de idade.

Lamento informar que não exerço a profissão e muito raro e pouco foi o provento dela advindo. Após minha formação como psicóloga decidi estudar ciências psíquicas e dedicar-me às religiões.

(...)

Parabenizo o conselho porque acredito que uma atitude mais benigna, a desestigmatização da doença, é sem dúvida um grande passo.

Maria Luiza Batista
CRP 0613768-5

Conselho Regional de Psicologia Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia Maria Sodrê Vieira, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Sílvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Othon Vieira Neto, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos).

Cássia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria (suplentes)
Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Maria Sílvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis
Editora: Juliana Motta
Texto: Juliana Motta e Dinorah Ereno
Revisão: Dinorah Ereno
Programação Visual: Amadeo Escritório de Arte
Fotolito e Impressão: Cunha Facchini Serviços gráficos e Editora Ltda.
Tiragem: 36.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:
Rua Borges Lagoa, 74
São Paulo - SP
CEP 04038-004
Fone: (011) 574.7133
Fax: (011) 575.0857

Sigmar Malvezzi

A psicometria está superada

O pesquisador e consultor de recursos humanos fala sobre as alterações na psicologia do trabalho e defende uma revisão dos exames de seleção

Desde que terminou o doutorado na Inglaterra e retornou ao Brasil, em 1989, o professor Sigmar Malvezzi tem es-pilotos de avião, auditores, motoristas e cobradores de ônibus e atualmente está pesquisando o absentismo, além de realizar um estudo sobre o desenvolvimento de carreiras.

Depois de longos anos de trabalho, aconselha os alunos a entrar na primeira "célula" onde encontrarem vaga para se viabilizarem como experts em recursos humanos. Para ele, esta é a única forma de o psicólogo se inserir no mercado, já que o diploma não serve mais como passaporte para o sucesso profissional. Nesta entrevista ao Jornal do CRP, o professor da USP, da PUC e da FGV faz uma análise das transformações da psicologia organizacional nos últimos anos e fala dos espaços onde o psicólogo deve atuar na nova realidade.

CRP - O senhor poderia fazer uma avaliação do desenvolvimento da psicologia organizacional nos últimos vinte anos?

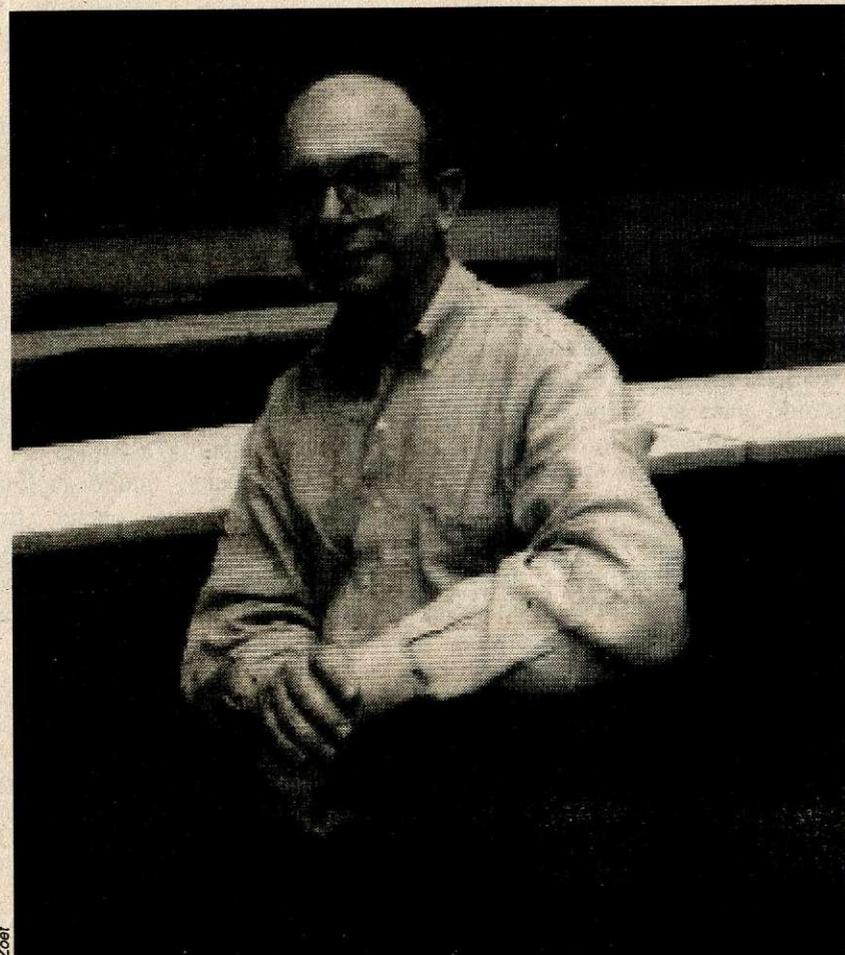
Sigmar - Até a década de 60 a administração esteve articulada como um trabalho de engenharia. Pode-se dizer que a divisão de tarefas e a racionalização do ambiente eram os referenciais da gestão. Foi um grande desafio aplicar a abordagem da engenharia ao desempenho humano, mas, como essa era a necessidade dos gestores, a psicologia desenvolveu um modelo de ciência aplicada compatível com tal exigência. É por essa razão que o primeiro nome atribuído

a essa especialização foi psicotecnologia.

A psicometria foi, talvez, a expressão mais consistente e bem-sucedida dessa abordagem e, como em outros problemas, como foi o caso do desempenho social, tal como pensado pela teoria das relações humanas e seus desdobramentos através das teorias do papel e da liderança. Em menos de quinze anos de existência a psicologia do trabalho estava consolidada como uma especialização das ciências comportamentais aliada à gestão empresarial. Na verdade, desenvolvendo-se dessa maneira a psicologia do trabalho comportava-se como caudatária da administração, trabalhando naqueles problemas que esta definia como os problemas humanos no trabalho, como era o caso da fadiga, da seleção e da liderança eficaz.

Essa abordagem navegou tranquilamente até os anos 60. Nesse momento a administração foi chacoalhada em suas bases pelos movimentos de participação e, desde então, a abordagem da engenharia começou a ser fortemente questionada tanto na administração como na psicologia aplicada ao trabalho. A busca de formas de participação inspirou uma ampla revisão nos conceitos de administração e, conseqüentemente, nas ciências que a auxiliavam, como era o caso da psicologia do trabalho.

É a partir dos anos 70 que encontramos essa revisão na psicologia do trabalho. E, muito mais do que uma revisão, a psicologia começou a se emancipar dos problemas que os gestores lhe colocavam. O movimento pela qualidade de vida no trabalho, que foi moda



Zoel

“O trabalho da maioria das faculdades de psicologia ainda caminha na trilha da psicometria e da abordagem da engenharia.”

no início dos anos 70 na Europa, contribuiu significativamente para a emancipação da psicologia do trabalho. Investigando o que era qualidade de vida no trabalho os psicólogos começaram a denunciar problemas humanos que tinham que ser tratados na rotina da administração. Isso ocorreu também no Brasil. Desde a década de 70 estamos redirecionando a psicologia do trabalho.

A situação brasileira pode ser caracterizada como de significativa heterogeneidade. Ainda temos profissionais que acreditam na potencialidade do paradigma da engenharia, como temos profissionais que já têm dificuldade de trabalhar com ele. As obras de nossa literatura e a prática de gestão de recursos humanos refletem claramente essa situação. O trabalho da maioria das faculdades de psicologia ainda caminha na trilha da psicometria e da abordagem da engenharia. A prova disso é que nelas ainda se assume como ponto central

do trabalho a estrutura de tarefas, os perfis dos cargos e os questionários de avaliação de desempenho. Ainda temos muitos professores de faculdade de psicologia que ensinam liderança como características pessoais e que ainda configuram a seleção como o confronto entre perfis profissiográficos e perfis sócio-comportamentais.

O que está estimulando a evolução dos psicólogos do trabalho é a demanda das empresas que estão se modernizando e redesenhando o papel dos profissionais de recursos humanos. Essas empresas, por força da competitividade, têm entrado de mãos e pés na busca da flexibilidade. Tem-se desvalorizado a estrutura de cargos e tarefas, articulando a integração como produto da cooperação. Em função disso as empresas têm cobrado de seus psicólogos um rápido ajustamento de suas metodologias a essas estratégias. Tal cobrança tem estimulado o desenvolvimento de outras práticas, instrumentos e papéis para os psicólogos.

CRP - Como essas mudanças alteraram o papel do psicólogo nas empresas?

Sigmar - Desde a implementação da administração científica, os psicólogos estiveram alocados na área de gestão de recursos humanos. Presentemente, por força de práticas como a qualidade total, reengenharia e as células de manufatura, as atividades de recursos humanos estão migrando para as próprias equipes de trabalho, propiciando o esvaziamento da área, ou melhor, os psicólogos e outros profissionais de recursos humanos estão se transformando em consultores internos, assessores daqueles que se responsabilizam pela seleção, treinamento, formação de equipes e acompanhamento. Os profissionais de recursos humanos perdem a função de linha, ou seja, perdem o papel de engenheiros da articulação e das atividades da gestão de recursos humanos.

Essa mudança tem causado problemas para o engajamento de estagiários e de recém-formados, uma vez que se exige experiência dos consultores internos. Esse é um problema muito sério para nossa profissão porque os novos psicólogos perdem um espaço muito importante e tradicional de treinamento.

Além disso, esses consultores necessitam de bons conhecimentos de administração, e muitos psicólogos têm carência de teorias e práticas de gestão. Por isso os psicólogos têm tido grande concorrência de outros profissionais, como pedagogos, sociólogos e administradores, para ocupar postos de consultores internos. Muitos cursos de pedagogia têm reformulado seus currículos para melhor preparar seus alunos para ocupar missões na gestão de recursos humanos.

CRP - Essa é uma questão que também vem sendo debatida por psicólogos de outras áreas. Na sua opinião, qual o procedimento mais correto em relação a esse problema?

Sigmar - Hoje não tem mais sentido brigar por delimitação de territórios profissionais. Constata-se nítida tendência em direção à multidisciplinariedade. Esse fato nos está obrigando a trabalhar juntos em torno dos mesmos problemas. Nunca tivemos tanta consciência como temos hoje de que os problemas com os quais lidamos são constituídos por múltiplos processos, como os psicológicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos, educacionais e muitos outros. Como não dominamos todas essas áreas, e reconhecemos seu envolvimento, todos

temos que buscar ajuda recíproca para melhor atender a realidade e solucionar seus problemas.

Essa integração tem ocorrido de forma muito madura. A percepção da contribuição dos outros e a responsabilidade partilhada pela solução têm nos demonstrado e ensinado que os distintos profissionais são dotados de diferentes competências, ou seja, foram treinados em técnicas diversas. Quem apresenta melhores condições para realizar um trabalho é quem o assume.

O trabalho multidisciplinar tem demonstrado que querer trabalhar naquilo para o qual não se foi treinado é uma tremenda irresponsabilidade. Na minha experiência, tenho constatado

“O que está estimulando a evolução dos psicólogos do trabalho é a demanda das empresas que estão se modernizando e redesenhando o papel dos profissionais de recursos humanos.”

que nesses grupos interdisciplinares respeita-se muito o treinamento e a competência do outro e não tenho observado disputas internas ou infantis entre profissionais de equipes multidisciplinares. Eu acredito que essas disputas existam, porém são mais fruto da imaturidade profissional de alguns.

CRP - Mas outros profissionais nem sempre possuem os instrumentos adequados para uma intervenção no setor de recursos humanos.

Sigmar - Isso é verdade. Hoje eu percebo que pedagogos, administradores e sociólogos estão participando de tarefas que tradicionalmente eram ocupadas por psicólogos. Em parte isso se explica pela natureza do conhecimento que temos desenvolvido. As fronteiras entre áreas têm sido mais nebulosas e nossa preocupação tem sido otimizar a cooperação interdisciplinar, embora haja disputas.

Na verdade, a empresa moderna é que está criando novas regras de interação profissional e o que vale é a competência. A empresa não pergunta qual é a sua função, mas o que você sabe fazer. Faça um levantamento do que os engenheiros e médicos estão fazendo hoje e você fica espantada como eles estão ocupando espaços que eram dos adminis-

tradores.

A territorialização das atividades dos psicólogos foi muito determinada pela psicométrica. Como hoje essa abordagem está sendo duramente questionada, os critérios de territorialização sofrem as consequências desse questionamento. Daí a ambiguidade de competência dos psicólogos de empresa quando são confrontados com outros profissionais.

Pode-se constatar esse fato na crescente aceitação da abordagem chamada de aprendizagem organizacional em confronto com a decrescente valorização das práticas de psicométrica. A configuração da gestão dos recursos humanos com base na “aprendizagem organizacional” tem

eles têm como função principal, na área de seleção, formar os selecionadores e ajudá-los a identificar e se treinar nos instrumentos que forem capazes de utilizar.

Há muitas formas de se investigar a competência e o compromisso das pessoas sem que se tenha que utilizar os chamados testes psicológicos. O problema é que muitos psicólogos desconhecem esses instrumentos porque aprenderam quase que só a trabalhar com os testes. Os psicólogos têm que desenvolver seus instrumentos, repensar possibilidades técnicas. Tem havido muitas pesquisas em um instrumento que não é novo: a história de vida. Os resultados indicam que é um bom instrumento. Outra possibilidade é a prova situacional, que muita gente tem utilizado nos últimos dez anos.

CRP - O senhor disse que as empresas estão mudando antes do psicólogo porque precisam entrar de mãos e pés na luta pela competitividade. Isso significa que o psicólogo do trabalho, hoje, está encontrando dificuldades para intervir nessa realidade?

Sigmar - Em parte sim. Quem não estiver contribuindo para a competitividade tende a ser substituído. Mas na verdade nunca houve tanto espaço para se inovar e questionar como hoje. A busca da própria competitividade se faz pelo questionamento da tradição da administração e nesse questionamento colocamos também a nossa tradição. O trabalho que eu faço tem sido limitado pela minha visão e competência, e não pelos limites impostos pela empresa. Se eu não tenho feito melhor é porque minha competência atingiu seu limite, me impedindo de fazer novos questionamentos e investir em novos problemas.

CRP - O psicólogo do trabalho, por outro lado, tem participação pouco expressiva nos movimentos organizativos para a solução de seus problemas.

Sigmar - Acredito que sim. Há pouca “militância” articulada para a transformação da própria profissão. Tenho visto bons trabalhos por parte de muitos psicólogos, porém são trabalhos individualizados e desarticulados entre si. Considero o meu próprio desarticulado.

Acredito que, do ponto de vista estratégico, uma forma de quebrar esse movimento inercial é o investimento nos cursos de pós-graduação. Acredito que mudanças significativas, como as que necessitamos em nossa profissão, dependem de sistematização da aprendizagem. Esse, a meu ver, seria o primeiro passo dessa

aumentado na proporção do desinteresse pela psicométrica. Acredito que esse exemplo ilustra nossa crise profissional.

Eu concordo com essa reconfiguração. Para mim é muito mais importante saber por que um indivíduo é inteligente do que saber o quanto ele é inteligente. Temos que pensar muito nisso. Essa evolução de nossos referenciais teóricos tem levado à construção de novos instrumentos. Os psicólogos que ainda não perceberam isso e continuam como se o mundo de hoje fosse o mesmo que era em 1970 tendem a ser ignorados e rejeitados pelos gestores. Temos que estudar mais, não apenas as novas teorias, mas refletir sobre por que elas estão se desenvolvendo neste particular momento.

CRP - O senhor fala sobre a construção de novos instrumentos como fruto da evolução teórica. E essa é uma discussão que vem sendo feita pelo próprio CRP, já que os instrumentos utilizados para as técnicas de seleção têm sido questionados pelo público em geral e pelos próprios profissionais. Na sua opinião, o que se pode colocar no lugar dos instrumentos que a psicologia ainda utiliza hoje?

Sigmar - Já me referi anteriormente que o papel de selecionador migrou para as equipes e que os psicólogos estão sendo transformados em consultores. Isso significa que

articulação. Ninguém se desenvolve lendo artigos ou livros esporadicamente. Um curso bem programado tem potencialidade para o desenvolvimento da reflexão e provoca questionamentos. As mudanças que necessitamos dependem de questionamento e reflexão.

Nesse momento não dispomos de muitos profissionais que já entenderam e estão envolvidos no novo paradigma de gestão de recursos humanos, ou seja, não temos quadros profissionais em número suficiente para ocupar as faculdades de psicologia. Por isso temos que começar pela formação de professores. Faça um levantamento de quantas escolas ensinam seleção como uma atividade realizada pelas equipes e não mais pelos psicólogos. Acredito que não encontraremos mais do que 20%. Faltam-nos os multiplicadores. Formar esses multiplicadores é o que tem sido feito, há muito tempo, nos países mais desenvolvidos.

CRP - O senhor poderia comentar as novas estratégias de administração que estão norteando as empresas hoje, como a reengenharia e o conceito de qualidade total?

Sigmar - A competição acirrada entre as empresas, a velocidade das novas tecnologias e clientes mais exigentes são três dos inúmeros fatores que provocaram a implosão do modelo da administração pela engenharia, que significa controle externo. Para tornar-se flexível a empresa buscou uma outra fórmula: o controle pelos resultados, o compromisso com a qualidade e a auto-regulagem.

Sobre essa estratégia foram construídas algumas metodologias, como o TQM, a reengenharia e as células de manufatura. Todas têm em comum a substituição do controle externo do desempenho pelo controle por parte de seus próprios atores. A reengenharia é uma mudança de cima para baixo, na qual os processos de transformação são redesenhados de forma radical e, consequentemente, impostos à empresa.

A qualidade total consiste num processo de melhoria contínua porque os problemas são entendidos como eventos sistêmicos e não como fatos isolados, uma mudança de baixo para cima. A célula de manufatura é uma equipe que assume uma missão sem qualquer divisão de tarefas ou níveis hierárquicos entre seus membros. Nesse sentido, numa célula, tanto um engenheiro PhD como um ajudante geral partilham um mesmo nível hierárquico. A célula é uma verdadeira revolução porque cria contradições com nossa sociedade na qual os diferentes níveis econômicos e culturais são bem caracterizados. Ainda é uma experiência recente, apresenta alguns problemas, mas tem dado certo.

Por causa dessas estratégias, hoje, um empregado de uma empresa se asse-

melha mais a um profissional liberal, tendo em vista suas possibilidades de se apropriar de seu próprio desenvolvimento. Isso tornou-se possível devido à diminuição dos níveis hierárquicos e à desvalorização da estrutura de cargos e tarefas.

CRP - Considerando as condições brasileiras, onde temos um quadro de grandes desigualdades sociais e econômicas, qual o espaço de intervenção do psicólogo em empresas que seguem essas novas lógicas de administração surgidas em países do primeiro mundo?

Sigmar - A aplicação dessas técnicas tem melhorado muito as condições de trabalho. As pessoas têm participado mais das decisões nas empresas, porém o

“O governo poderia levar a sério o programa de melhoria das escolas. Essa é uma falha ridícula: não temos boas bibliotecas. Como se pode estudar sem biblioteca?”

problema de quem está fora do mercado de trabalho tem se agravado e a população desempregada cresce a cada dia. A globalização dos mercados tem pressionado pela competitividade e esta, dependendo mais das pessoas, tem provocado a melhoria das condições de trabalho.

O problema é a partilha e a migração dos empregos. Acredito que necessitamos questionar e repensar o conceito de emprego, senão tendemos a marginalizar uma boa parte da população, afastando-a do trabalho. Isso tem sido o maior problema.

CRP - Como o senhor vê a atual proliferação de associações de profissionais de recursos humanos?

Sigmar - Esse é um problema interessante. Cresce o número desses grupos e eles não têm representado a articulação à qual nos referimos anteriormente. Isso é uma contradição.

A primeira razão da proliferação desses grupos é a necessidade que as pessoas têm de atualização. As escolas têm sido muito lentas em responder a essa necessidade e esses grupos têm sido muito mais ágeis e eficazes. Isso estimula a iniciativa de pessoas que vêm nessa necessidade a oportunidade de um negócio.

Além disso, há em alguns casos grupos políticos e teóricos distintos querendo se firmar. Esses grupos têm assumido a tarefa da divulgação do conhecimento novo em recursos huma-

nos oferecendo cursos, articulando seminários e outros serviços.

Na minha opinião, essa proliferação de grupos e congressos tem sido ruim porque não está colaborando qualitativamente na reprofissionalização do psicólogo do trabalho. A rápida proliferação associada à falta de quadros a qual me referi há pouco têm sido responsáveis pela baixa qualidade do produto oferecido nesses eventos. Isso é tanto verdade que os profissionais com mais experiência e melhor atualização têm se afastado de eventos de grande porte porque a qualidade dos trabalhos nele apresentados tem caído muito. Desanimados desses eventos e tendo necessidade de intercâmbio os profissionais mais avançados têm criado discretos grupos de elite nos quais se de-

universidade americana me convidou para apresentar um desses meus estudos para um grupo de apenas 8 professores. O seminário foi articulado dessa forma porque eles queriam um debate comigo e não apenas a apresentação daquilo que tenho feito. De fato o debate foi muito bom e, acredito, enriquecedor, tanto para mim quanto para eles. Isso teria sido possível se estivéssemos em 100 pessoas? As perguntas que me fizeram me ajudaram a consolidar idéias e a levantar novas questões as quais eu trago para as discussões com meus alunos de mestrado, doutorado e graduação. A saída não está na sistematização da aprendizagem através da universidade?

CRP - Como o senhor vê as perspectivas para essa área da psicologia organizacional?

Sigmar - Eu acho excelentes, para quem estiver estudando, for humilde em questionar suas tradições e autocrítico de seu próprio desenvolvimento.

CRP - Mas com a realidade que o senhor descreve, com a formação completamente defasada, não é difícil falar em perspectivas excelentes?

Sigmar - Desse ponto de vista as perspectivas são ruins porque eu desconheço projetos de mudança a curto prazo. Mas acredito que a pressão das empresas vai sensibilizar as escolas. Aliás, tenho notícias de várias escolas que já se sensibilizaram e estão tentando mudar.

Para isso acho que temos que, em primeiro lugar, cobrar mais responsabilidade de nossas autoridades. O governo poderia levar seriamente o projeto de melhoria das escolas. Uma de nossas falhas é ridícula nos dias de hoje: não temos boas bibliotecas. Como se pode estudar sem biblioteca?

Em segundo lugar, poderíamos ampliar nossas parcerias para otimizar nossos recursos. Eu vou dar um exemplo. Existe o projeto Alfa, um fundo da comunidade européia para pagar a vinda de professores de suas universidades para trabalhar por um ano nas nossas escolas. Quantas universidades se interessaram em trazer alguém para trabalhar aqui por um ano para trocar experiências e reflexão?

Em terceiro lugar, os sindicatos e os CRPs poderiam envolver-se seriamente na melhoria das escolas e na pesquisa para entender nosso processo de profissionalização no Brasil. Acredito que nunca tivemos tanta potencialidade como temos hoje, porém o tratamento superficial e a falta de reflexão têm esterilizado esse potencial. Meu conselho aos profissionais que estão começando sua carreira é matricular-se num curso de mestrado e investir seriamente na apropriação de seu próprio desenvolvimento.

bate reflexão séria e profunda. Nesses grupos a preocupação é refletir, e não atrair adeptos ou aparecer. O que tem sido apresentado e discutido nesses grupos só vai aparecer em congressos e seminários para o grande público dois anos depois. Isso é um problema muito sério porque mostra, de um lado, uma tendência de banalização e, de outro, de elitização. Talvez seja essa a razão pela qual o trabalho de muitos profissionais não tem capacidade multiplicadora.

CRP - Mas o senhor não acha que a realização de reuniões fechadas e a criação de grupos de elite, assim como a militância isolada a que nos referimos também não contribuem em nada para modificar essa realidade?

Sigmar - Contribuem sim. Os trabalhos têm sido divulgados. Eu tenho estudado seriamente algumas dessas questões e, só no ano passado, fui convidado a apresentar minhas reflexões em três congressos fora do Brasil e dois aqui, num dos quais 800 pessoas me escutaram. Eu considero, por esse motivo, que meu trabalho está sendo divulgado. O problema é que num congresso com 800 pessoas tem-se poucas condições de debater. Então, quando queremos a contribuição dos outros procuramos grupos menores nos quais podemos aprofundar e expandir a reflexão até suas últimas consequências, atividade difícil quando se fala para muita gente. Em janeiro, uma

Para que servem os processos éticos

Desde que assumiu o Conselho, a gestão Psicologia e Cidadania deu início a uma discussão aprofundada sobre os processos e julgamentos éticos. Esse debate foi motivado pela forma como a questão vem sendo tratada ao longo do tempo, como valor absoluto e limitado a contornos legais, ou morais, a despeito da relação de interdependência desses com a realidade em que o profissional está inserido.

A legislação sobre o tema, como o Código de Processamento Disciplinar e o Código de Ética Profissional, necessita de uma revisão, não só devido às modificações ocorridas nos últimos anos no exercício da psicologia, mas também pela abordagem limitada que faz de algumas questões.

Essas leis interpretadas ao "pé da letra" por uma orientação política restritiva e punitiva deram origem a processos longos, burocráticos e corporativos, que trazem prejuízos

para o profissional e para o Conselho, uma vez que apenas modificam uma situação imediata, mas em nada contribuem para alterar a realidade do psicólogo. E nem garantem a qualidade do atendimento.

Por isso a Comissão de Ética vem desenvolvendo um trabalho voltado mais para a orientação dos profissionais do que para a fiscalização ou punição, consideradas em seu sentido estrito. Dessa forma o Conselho manteve suas atribuições fiscalizadoras, mas ampliando a ação no sentido de transformar atos meramente burocráticos em ações políticas e buscando as raízes de cada questão, em benefício do exercício profissional e do direito do usuário de receber serviços de qualidade. Evita-se assim, muitas vezes, a abertura de processos desgastantes e desnecessários, onde faltava apenas orientação ao psicólogo em suas ações, promovendo alterações imediatas

na sua atuação, em benefício do usuário.

No entanto, muitos processos éticos já estavam iniciados no momento da posse e não podiam ser abandonados em prejuízo dos profissionais em questão e do próprio andamento do trabalho do Conselho. Foram, portanto, examinados caso a caso, antes de prosseguir as formalidades.

Foi o que aconteceu com a psicóloga e professora R.C.A.C.* que respondeu, durante três anos, a um processo ético, aberto por um aluno que se negou a prestar o exame final de sua disciplina, Desenvolvimento da Personalidade. A alegação do aluno era que a psicóloga havia feito um diagnóstico de sua personalidade em público, sem o rigor que a ciência requer.

Hoje absolvida, e acreditando na necessidade de que os psicólogos repensem a forma como a ética vem sendo tratada, a psicóloga preferiu contar sua experiência para o

Jornal do CRP a escrever um artigo sobre a questão.

“Eu tinha dado um curso bastante avançado, conjugando uma parte teórica com trabalhos práticos. Criei uma avaliação a partir de vários fatores: trabalhos apresentados, participação, pesquisas, fichamentos e uma prova, a ser feita por algumas pessoas cujas avaliações anteriores não me fornecessem elementos suficientes para dar uma nota final.

Alguns alunos questionaram a necessidade da prova. No dia de sua realização iniciou-se uma discussão e eles pediram que me retirasse da sala para que pudessem conversar. Naquele momento pensei que, como educadora, precisava impor um limite para a classe. Não saí, argumentando que estava ali para aplicar a prova. Deixei claro que os que não quisessem fazê-la ficariam com zero para somar às outras avaliações. Ao final saíram somente dois alunos. Procurei a direção da escola para discutir a situação, mas nada foi feito.

A alegação do aluno que entrou com o processo ético partiu de um comentário que fiz no momento da discussão de que ele nem sequer havia sido um aluno brilhante.

O Conselho acatou a denúncia sem uma apuração criteriosa dos fatos. E o processo foi aberto sem maiores explicações. Desse momento em diante me senti como o Senhor K., personagem de Kafka em ‘O Processo’. Tudo o que havia sido dito em sala de aula durante o período letivo foi descontextualizado pelos alunos, dando origem a um novo discurso, que passou a servir como acusação. Frases soltas eram utilizadas como prova de uma culpa que não sabia exatamente qual era.

Percebi que estava envolvida num desses episódios de histeria coletiva, que sempre surgem em nome da racionalidade. Era uma situação absurda. De repente comecei a ser tratada através de termos jurídicos e nas audiências era chamada de ‘denunciada’, ao passo que o aluno era reconhecido formalmente como ‘denunciante’. As audiências chegavam a durar até 5 horas. A diretora da faculdade onde havia surgido o processo me aconselhou a contratar um advogado, mas eu não quis porque não me julgava culpada. E mesmo que quisesse não poderia fazê-lo, já que havia sido demitida e estava passando por problemas financeiros.

Embora muitos fatores subjetivos tenham atuado de forma fundamental para desembocar naquela situação, eles não eram levados em consideração. Durante o período letivo os professores haviam feito uma greve por melhores salários. Isso criou uma forte tensão na faculdade, pois os alunos temiam um repasse do reajuste que reivindicávamos para as mensalidades escolares. Apesar de injusta, essa é a forma como as instituições lidam com a questão salarial.

Essa greve, aliada à denúncia do aluno, valeu minha demissão do corpo docente da instituição. Outro

pois não queriam se comprometer. Foram momentos de profunda solidão, pessoal e profissional, em que comecei a questionar tudo, desde o conceito de ética com o qual vimos trabalhando até o verdadeiro papel do Conselho.

Que modelo de relações estamos construindo, onde numa escola particular o professor fica sempre submetido à vontade dos alunos, pressionado pelo valor das mensalidades? Que tipo de atuação é possível para um professor ou supervisor, se ele não pode intervir junto aos alunos?

Qual é, afinal, a singularidade da ética para a psicologia?

fator que me chamou atenção foi que somente duas professoras, entre os grevistas, foram demitidas. Além de mim, uma outra psicóloga que também tinha um investimento grande na carreira. Ambas fazíamos cursos de mestrado.

Por outro lado, há a prática, comum nas faculdades particulares, de se privilegiar o aluno, criando uma relação desequilibrada entre corpo docente e discente e sem base num projeto educacional. Com isso cria-se uma situação em que os professores são fortemente pressionados a agir de acordo com a vontade dos alunos e as instituições não acolhem o debate. Quantas vezes vimos colegas serem afastados de suas disciplinas, através de abaixo-assinados, porque não correspondiam exatamente àquilo que os alunos desejavam? Esses casos, muitas vezes, não são avaliados em função da seriedade, comprometimento ou competência do professor, mas sim pelo valor das mensalidades pagas pelos alunos. Daí a nossa dificuldade em realizar um trabalho inovador, pois geralmente as escolas não estão abertas e preparadas para enfrentar as dificuldades que podem surgir naturalmente quando fugimos do tradicional.

Como geralmente acontece nesse tipo de situação, os outros professores que haviam participado do movimento grevista se afastaram,

É claro que a questão ética é fundamental, mas o Conselho não poderia ter acatado a denúncia sem verificar o que realmente havia ocorrido. Outros casos semelhantes ao meu já haviam acontecido e não foram acolhidos. Mas, no meu caso, ocorreu justamente o contrário.

Na minha opinião, precisamos repensar o papel do Conselho como órgão fiscalizador. Porque, se por um lado precisamos respeitar os limites da ética, por outro é necessário compreender de que conduta estamos falando e, mais do que isso, qual a relação dos conceitos gerais de ética com a especificidade da psicologia. Isso é fundamental para que a psicologia encontre seu verdadeiro espaço de intervenção na sociedade. Hoje, nossa ciência ainda está contaminada pelo modelo médico e os conceitos de ética que aplicamos não fogem a essa regra. E mesmo o CRP se estrutura com base nesse modelo, esquecendo a especificidade do trabalho psicológico. Afinal, qual é a singularidade da ética para o psicólogo?

Ao final de três anos fui absolvida porque se constatou que não havia base para a abertura do processo. Foi um momento importante, porque o Conselho fez justiça. Mas até chegar à absolvição, passei por graves prejuízos morais, emocionais e

materiais, num processo desgastante, inclusive para o CRP.

Hoje, depois de terminado o processo, continuo com minha carreira, mas tomo o maior cuidado com o que falo. Escolho muito bem os lugares onde devo trabalhar. Apesar disso, é difícil dizer para não sermos criativos e que devemos nos limitar somente ao ‘arroz com feijão’ convencional. Melhor seria nos questionarmos sobre nossas práticas e sobre o que acontece com a sociedade que leva as pessoas a ficarem presas a um emaranhado de idéias confusas, que têm origem na exacerbação de conceitos aplicados de forma indiscriminada.”

Por situações como essa é que o CRP tem se batido pela questão. O caso da psicóloga acima não é o único em que um conceito discutível de ética justificou um processo, quando na verdade estavam em questão problemas de outra natureza, que aqui eram de ordem pedagógica. Na verdade não havia justificativa para a abertura do processo. Mas, uma vez aberto o processo, não há como voltar atrás e é necessário cumprir todos os trâmites legais.

Por isso é preciso critério antes de se acatar uma denúncia. A questão ética é tão fundamental que não pode continuar sendo tratada dessa maneira. Por ela o Conselho pretende abrir novas perspectivas para o profissional, evitando que o psicólogo seja responsabilizado para além de seus atos, pelo contexto em que eles ocorrem. O CRP tem discutido e revisto o Código de Ética e o Código de Processamento Disciplinar com o objetivo de sugerir alterações que garantam a adequação destes instrumentos a uma nova concepção de orientação e fiscalização comprometida com o respeito aos direitos dos usuários.

O debate está aberto e o Conselho tem recebido sugestões valiosas de profissionais. Quem quiser participar com opiniões e sugestões deve se informar na sede do CRP pelo telefone (011) 574-7133.

***Neste depoimento constam apenas as iniciais do nome da psicóloga, a seu pedido, já que para ela, “além da exposição desnecessária, o processo hoje já está ‘digerido’ e não gostaria de retomar a discussão de meu caso específico. Queria apenas contribuir para que as pessoas pensem sobre a realidade de nossa profissão”.**

Conselhos de Educação: burocracia a serviço de interesses privados

A educação no Brasil vai mal. Esta não é uma conclusão nova e muito menos de uma minoria de profissionais "apocalípticos" ou partidários do "quanto pior, melhor". É consenso entre os educadores que demonstram um mínimo de preocupação com os rumos do país. Para se ter uma idéia do descalabro que vive o setor, de cada 100 crianças que ingressam na escola básica somente 28 conseguem atingir a 8ª série e dessas apenas 18 vão concluí-la.

Da mesma forma, não são novas as tentativas de solucionar o problema. A idéia da existência dos Conselhos de Educação como instância em que seriam traçados os planos de curto, médio e longo prazo para a área, com garantia de participação de vários setores da sociedade, por exemplo, aparece nas leis desde o final do século passado. E, de lá para cá, sempre esteve presente na legislação brasileira específica do setor - as Leis de Diretrizes e Bases (LDB).

No entanto, apesar dessas leis contemplarem aspectos importantes da educação brasileira, muitas vezes não foram cumpridas ou foram desprezadas. A par disso e ao longo do tempo, os Conselhos Federal e Estaduais transformaram-se em verdadeiros focos de corrupção e tráfico de influência, culminando na extinção do Conselho Federal na gestão do ministro Murílio Hingel. Por sua vez, os Conselhos Municipais de Educação, que nem sequer estão regulamentados em lei ordinária, embora estejam previstos pela Constituição, ficam na dependência da iniciativa de prefeitos.

De acordo com a avaliação da professora Míriam Jorge Warde, coordenadora do pós-graduação em História e Filosofia da Educação da PUC-SP, um dos grandes problemas

dos Conselhos de Educação está na forma como é pensada a representação: através da indicação dos conselheiros pelo Poder Executivo. Atréados, portanto, à figura do presidente ou do governador, os Conselhos foram perdendo gradativamente suas funções originais básicas de planejar e fiscalizar as políticas de educação.

Como o poder público brasileiro sofre da síndrome de confundir sociedade civil com iniciativa privada, os conselhos se transformaram em verdadeiros alojamentos de representantes das escolas particulares.

A tal ponto que hoje se pode afirmar que, por um lado, não têm autonomia e acabam apenas homologando as decisões do Executivo e, por outro, não sofrem nenhum tipo de fiscalização. Seguindo a mesma lógica, é certo que os Conselhos Municipais, submetidos aos prefeitos, já nascerão comprometidos em suas funções.

O poder dos lobbies

O Conselho Estadual de São Paulo, por exemplo, não propõe um plano estadual para a educação desde 1971. A informação é do professor da USP e ex-integrante do CEE, An-

tônio Joaquim Severino. O professor vai mais longe e afirma: "Eu não tenho notícia de nenhum conselho estadual, no Brasil, que faça seu plano e muito menos de algum governo estadual que determine o uso de seus recursos orçamentários para o setor de acordo com esses planos, que é o que deveria ocorrer."

Isso se explica, em parte, porque, como o poder público brasileiro sofre da síndrome de confundir sociedade civil com iniciativa privada, os conselhos se transformaram em verdadeiros alojamentos de representantes das escolas particulares. E uma das consequências desastrosas foi a interferência dos lobbies dessas empresas do ensino privado, que passaram a ditar as regras e definir as políticas educacionais. "A tradição é manter sempre os mesmos nomes e renovar um número pequeno. Isso criou uma burocracia conselheira, da qual participam pessoas que podem não entender nada de educação, mas entendem tudo dos mecanismos do conselho", afirma Míriam. O que equivale a dizer que, em vez de sobreviverem pelas diretrizes que traçam para o setor, os conselhos hoje se alimentam da reprodutibilidade de sua própria burocracia e dos interesses privatistas que os dominam.

Esses fatos não são apenas a comprovação de que no Brasil continua havendo uma distância abismal entre os direitos garantidos em lei e a realidade da população. São uma pista das causas de ainda não se ter conseguido pensar uma política global de longo prazo para resolver os problemas da educação brasileira.

E, pela falta dessa política, não há fiscalização dos projetos educacionais que deveriam estar embasando as instituições. Mesmo a vinculação das verbas orçamentárias para projetos educacionais, que também está prevista

na lei, é burlada por artifícios sutis e eficazes. Um deles é que o conceito de educação tornou-se tão elástico que pode abranger iniciativas tão diferenciadas quanto, às vezes, descabidas, a pretexto de possuírem objetivos educacionais. "Educação no Brasil é qualquer coisa e, sendo qualquer coisa, pode incluir até o clube de futebol que alguém com poder de influência está construindo em seu condomínio privado", protesta Míriam.

Projetos

Na opinião de Severino, este é um dos absurdos a que está submetida a educação brasileira. "Infelizmente, a partir da gestão do ministro Jarbas Passarinho abriu-se o setor e a educação virou mercadoria puramente econômica e mercantil. Não se cobrou nada das empresas particulares em termos de um compromisso com o educacional, com o político, o cultural."

Isso ocorre pelo tipo de opção que o país vem fazendo de privilegiar cada vez mais as iniciativas privadas em setores fundamentais, como o das políticas sociais, sob o pretexto de que a esfera pública não cumpriu suas funções. Mas não se pode falar que não existem projetos pensados a partir da necessidade de se manter as ações do Estado sob controle da população, para preservar a lógica da "coisa pública".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação pode servir como caso exemplar. A educação aguarda, há sete anos, a aprovação do anteprojeto de LDB redigido por uma comissão da Câmara dos Deputados, com a participação de quarenta entidades representativas do setor. Enquanto isso continua em vigor a LDB de 1961, com as alterações feitas em 1968 (reforma universitária) e 1971 (reforma

Enquanto o governo federal edita medidas paliativas para a educação, setores preocupados com a solução do problema defendem uma ampla mobilização da sociedade pela defesa de políticas globais para o setor e exigem que o Estado cumpra suas funções.

do ensino fundamental), ou seja, nos tempos de ditadura. Para complementar o quadro, o ministro Paulo Renato de Souza acaba de editar uma Medida Provisória que ignora e confronta em vários pontos a lei já aprovada por amplos setores da sociedade (veja quadro à página 10).

Por outro lado, segundo infor-

graus de ensino. Isso qualificaria e racionalizaria os custos e seria um caminho adequado para fortalecer esses conselhos de educação organizados com a participação das entidades representativas e dos segmentos envolvidos com o trabalho educativo.

Hoje já existem iniciativas,

ainda que tímidas, nesse sentido, como os conselhos de escola. Há, inclusive, iniciativas de pais que a partir de um conselho de escola ampliam o trabalho para uma região inteira e os vários conselhos passam a se reunir e discutir diretrizes entre eles. E, em outros países, há conselhos nascidos com forte presença de repre-

sentação social, que procuram garantir a função pública do Estado no âmbito da educação.

Nessas idéias, na verdade, está implícita a necessidade de uma reforma mais ampla do sistema de representação e controle social sobre as ações do Estado. Na opinião de Mírian Warde, o privatismo é uma

A partir dos Conselhos Municipais e Regionais, poderiam ser traçados planos diretores articulados para as microrregiões e para todos os graus de ensino.

mações do professor Jorge Nagle, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, em sua gestão foi elaborada uma proposta de formação de Conselhos Regionais e Municipais de Educação, pensados a partir de duas idéias básicas: facilitar o planejamento do setor e proporcionar aos municípios as condições de enfrentar o poder do Estado. "Os municípios vivem situações diferentes. E precisam ter autonomia para decidir as funções que podem executar", explica o professor.

A partir dos Conselhos Municipais e Regionais poderiam ser traçados planos diretores articulados para as microrregiões e para todos os



característica tão marcante nos Conselhos que a melhor opção para os que defendem um compromisso com a escola pública seria encontrar mecanismos alternativos de participação e controle. "Eu acho que foi um absurdo extinguir o Conselho Federal e manter o Estadual. Até porque multiplica, no âmbito dos Estados, o clientelismo e o favoritismo que se concentravam no âmbito federal. Além disso o controle sobre os Conselhos Estaduais será ainda menor do que o que era exercido sobre o antigo Conselho Federal", diz.

Nesse sentido, o consenso é pela necessidade de se retomar o trabalho pela ampla mobilização dos setores da sociedade que guardem algum vínculo de interesse com a educação, ou seja, todos. Caso contrário, será difícil reverter o quadro atual, cujas melhores expressões são o salário dos professores da escola primária, que por 45 minutos de aula ganham nada mais do que R\$ 1,10, e o projeto neoliberal, que visa a acabar com o ensino público. "O governo faz e desfaz e ninguém reage. A sociedade está como que anestesiada. Isso é que eu sinto muito", resume Severino.

Medida Provisória ameaça conquistas

A Medida Provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Conselho Nacional da Educação. De acordo com o documento, o novo conselho será dividido em duas câmaras setoriais, uma para a educação básica e outra para o ensino superior. Apesar da existência de uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que traça os princípios básicos para esse Conselho, e que foi elaborada após discussão que envolveu mais de quarenta entidades representativas da educação, a MP do Ministério não faz referências a ela, chegando mesmo a confrontá-la em diversos pontos fundamentais.

Se antes estava garantida, por exemplo, a fixação de diretrizes para fiscalização das instituições de ensino pelos conselhos, com deliberação, inclusive, sobre a intervenção nas instituições, na MP essa fiscalização muda totalmente de caráter. Deverá ser aplicada uma prova para os alunos, divulgando-se depois os nomes das escolas que "passaram ou foram reprovadas no teste". Segundo avaliação do professor Antônio Joaquim Severino, "isso é pegar a coisa pelo efeito e não pela causa".

"Até porque os grupos econômicos têm um poder muito grande sobre o governo. Assim deixa-se as coisas como estão com essa idéia, a meu ver vazia, de que a sociedade civil vai pressionar as escolas para elas melhorarem. Isso é uma bobagem", afirma.

Outra questão que está provocando o descontentamento dos se-

tores ligados à educação é a composição do novo conselho, a começar pela forma de indicação dos conselheiros. No projeto de LDB da Comissão da Câmara o Conselho Nacional deveria ser composto por 24 membros, sendo 12 escolhidos pelo presidente da República e 12 indicados pelas entidades representativas do setor, que seriam depois referendados pelo presidente da República.

Já segundo a Medida Provisória do governo, o Conselho também será formado por 24 membros: 12 para o Conselho Setorial de Educação Básica e 12 para o Conselho Setorial de Ensino Superior. Só que neste caso todos os conselheiros serão nomeados pelo presidente da República, que deverá "ouvir" as entidades sociais.

Também na MP não há critérios para se resguardar a representatividade dos conselheiros. O documento se limita a fixar a necessidade de que os indicados tenham prestado serviços relevantes à educação e que as nomeações contemplem todas as regiões do país e modalidades de ensino. Na proposta da Comissão Especial da Câmara a representatividade é critério básico, resguardando-se uma proporcionalidade entre todos os setores do ensino.

Além da Medida Provisória, também está em discussão um substitutivo à LDB de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que será avaliado na reforma constitucional. Um dos grandes proble-

mas desse substitutivo é o artigo que trata da universalização da escola fundamental. Enquanto a proposta da Comissão da Câmara garante a obrigatoriedade do ensino fundamental até a 8ª série, no substitutivo do senador, apesar de mantida, ela corre o risco de ser reduzida para cinco anos, visto que se admite a diplomação do aluno na 5ª série.

Segundo avaliação de Antônio Joaquim Severino, "tudo indica que a revisão constitucional será regressiva no sentido de eliminar algumas conquistas asseguradas no projeto de LDB pensado pela Comissão da Câmara". Além do substitutivo do senador, o professor aponta outros pontos que correm o risco de ser eliminados da LDB:

1 - Gestão participativa das escolas - Estava garantida inclusive pela Constituição, que explicita a necessidade de maior democratização na gestão do sistema escolar, tanto em nível global como em nível de unidade.

2 - Valorização da carreira do magistério - A LDB propõe a criação da carreira do magistério, com salários adequados.

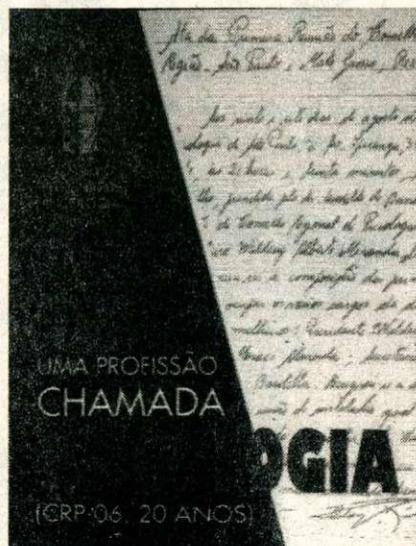
3 - Vinculação de recursos orçamentários para a educação - A Constituição fala na vinculação, mas não determina como deverá ser feita. De acordo com Severino, "não adianta a Constituição apenas fixar o princípio. É necessário que a reforma defina de onde virão os recursos, caso contrário teremos apenas uma declaração de intenções".



O livro

UMA PROFISSÃO CHAMADA PSICOLOGIA (CRP-06, 20 Anos)

Pode ser encontrado na Livraria Cortez, que também atende pelo reembolso Postal. É só Ligar!!



Além disso você pode encontrar outros livros, em até 3 pagamentos sem acréscimo.

FONE: (011) 864-011
Rua Bartira, 387 - Perdizes
(ao lado da PUC)
05009-000 - São Paulo - SP

Diariamente,
das 8 às 21 horas e,
aos sábados, das 9 às 13 horas

PROMOÇÃO

Obras completas de Freud (24 volumes)

20% de desconto para pagto. à vista ou 3 vezes s/ juros (1º cheque p/ 30 dias)

A formulação do laudo psicológico

Conselho recomenda que profissional esteja atento às leis e fuja de generalizações, que empobrecem a prática psicológica e comprometem o rigor científico.

Assunto polêmico por natureza, os laudos psicológicos vêm sendo objeto de discussão no CRP-06, que montou, inclusive, a Comissão de Normas para Procedimentos de Avaliação Psicológica (*Jornal do CRP* nº90 - novembro/dezembro de 94). E são, disparados, os campeões de consultas ao Centro de Orientação.

Embora o Centro não tenha o objetivo de atender a demandas pontuais nem fornecer respostas "prontas" a todo tipo de questões, é possível falar em procedimentos gerais adequados que o profissional deve seguir quando precisar fornecer esse tipo de documento.

Para facilitar o cotidiano de psicólogos cujas atribuições incluem o fornecimento de laudos, o CRP fez uma síntese das dúvidas mais comuns que têm sido encaminhadas ao Centro quanto a ação correta no fornecimento desse documento.

"Fornecer um laudo psicológico pode parecer um procedimento simples. Mas não é. Implica riscos de equívocos graves e exige do profissional uma avaliação constante da pertinência dos elementos subjetivos que atuam na formulação do parecer final", afirma a conselheira Cláudia Sodré Vieira, da comissão de supervisão do Centro de Orientação.

Caso contrário pode-se estar incorrendo na prática, comum, em que o raciocínio simplista toma o lugar do procedimento técnico adequado. A regra número um é fugir do tratamento indiscriminado, que despreza os contextos em que os problemas surgem. Assim cabe ao psicólogo analisar separadamente cada caso, de acordo com a legislação existente.

O fornecimento de laudos psicológicos ao paciente, por exemplo, é obrigatório. Essa obrigatoriedade aparece claramente na Constituição (art. 5º, parág. XIV), no Código de Defesa do Consumidor (art. 43) e no

Código de Ética Profissional dos Psicólogos (art. 23, parág. 2).

De acordo com informações do Centro de Orientação, a primeira coisa que o psicólogo tem que considerar é que só o paciente, ou seu responsável legal em caso de indivíduo menor ou incapaz, tem direito às informações a seu respeito. Anteriormente, havia um entendimento entre os profissionais de que os laudos só deveriam ser fornecidos a outro psicólogo, pelo temor de que as informações pudessem representar riscos para o paciente. Mas essa prática hoje é considerada incorreta do ponto de vista legal e ético.

Dessa forma, um laudo solicitado, por exemplo, por um advogado, mesmo que para ser utilizado na defesa do paciente em um processo judicial, só pode ser fornecido ao paciente. Cabe a este a decisão de autorizar, ou não, sua utilização.

Por outro lado, de nada adianta o fornecimento de um laudo técnico que não seja claro e compreensível ao paciente. A orientação do CRP é que o profissional forneça um "relatório" contendo as informações que possam servir ao interessado. E, para preservar a cientificidade do procedimento, o profissional não deve mostrar testes ou quaisquer outros instrumentos ao paciente, bem como sua interpretação, sob pena de comprometer futuras aplicações daquele instrumento em caso de necessidade.

Existem ainda outras situações em que o profissional corre o risco de ficar exposto a erros, ou mesmo servir

a interesses diversos aos da psicologia. Uma delas é a dos laudos solicitados por autoridades, tais como juízes que deverão atuar num processo criminal, diretores de escolas, para decidirem sobre o encaminhamento de uma criança para a classe especial, ou chefes de empresas, para decidirem uma promoção, demissão, ou seleção.

Nos casos de laudos para processos judiciais, o psicólogo só pode fazê-lo se tiver sido nomeado formalmente como perito para a missão. Mesmo assim o código de ética é claro: em seu artigo 20, parágrafo a, determina que é vedado ao psicólogo ser perito de pessoa por ele atendida ou em atendimento. Por outro lado o Conselho recomenda que o profissional só aceite essa atribuição se estiver em condições técnicas para cumpri-la. Caso contrário tem o direito de recusar. É importante que o psicólogo se lembre que é o responsável técnico pelo documento e deverá responder por ele.

Além disso o psicólogo deve fornecer à autoridade somente os resultados e nunca as informações que tenha obtido no processo do trabalho, resguardando o sigilo profissional. É necessário, no entanto, manter arquivo com as justificativas técnicas e científicas do resultado. Segundo informações das profissionais do Centro é comum ocorrerem contestações e cabe ao psicólogo a comprovação do documento fornecido.

É importante, ainda, que o profissional faça constar no laudo que os re-

sultados obtidos referem-se ao estado psicológico do paciente naquele momento e que não podem, portanto, ser considerados permanentes ou imutáveis.

As psicólogas do Centro explicam que, quando solicitado para formular um laudo, é fundamental que o psicólogo leve em conta a especificidade do documento (seleção, classe especial, ação judicial etc) e que deve se ater às suas funções técnicas, evitando atitudes de julgamento.

Outra questão bastante frequente nas consultas ao Centro de Orientação diz respeito aos instrumentos utilizados para formulação de um laudo. Nesse sentido, a orientação do CRP é que os profissionais utilizem somente os testes que estejam padronizados para a população brasileira e tenham validade científica, ou seja, tenham sido referendados pela comunidade acadêmica.

Como existem muito poucos testes com essa padronização, embora muitos deles tenham o aval da comunidade acadêmica, o Conselho recomenda que os profissionais não tomem como base apenas os testes para uma avaliação psicológica. Deve-se usar outros instrumentos de avaliação, como entrevistas, observação, prova situacional etc.

Mas aí é preciso cuidados especiais, evitando-se fornecer laudos baseados em informações de outra pessoa que não seja o paciente (pai, mãe, marido, professor etc). Conforme explicações das psicólogas do Centro, é preciso estar atento a esse tipo de situação, onde há o risco de ceder a demandas de terceiros.

Finalmente o Conselho recomenda que, na avaliação psicológica, o profissional esteja isento de seus valores pessoais, evitando cair no preconceito no momento de dar um parecer. Afinal, preconceito não é ciência e é a esta que a psicologia deve servir, principalmente considerando-se que é impossível ao profissional separar sua prática cotidiana da teia que sustenta as relações sociais.

A psicologia organizacional em questão

Profissionais querem rever formação, ampliar funções e questionar possibilidades de inserção nas empresas.

A discussão sobre o trabalho do psicólogo nas organizações envolve questões múltiplas: ao mesmo tempo em que se defende a inserção do psicólogo em áreas de atuação mais amplas dentro das empresas e instituições, questiona-se o papel das universidades na formação e preparação desses profissionais e o próprio papel que cabe a eles. Para o psicólogo e consultor de empresas Luiz Felipe Cortoni, além das funções mais tradicionais (recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento das pessoas e da organização), que necessitam ser revistas, o psicólogo que atua nas organizações deve se transformar em um especialista em relações humanas no contexto do trabalho. "O psicólogo precisa ser o expert em tudo aquilo, dentro da empresa, que diga respeito às relações das pessoas. Exemplifico: mudanças nas estruturas de funcionamento de uma empresa (qualidade total, reengenharia, gestão participativa, participação nos lucros etc.) impactam nos vínculos das pessoas entre si e com as empresas. Quem deve 'cuidar' desses impactos é o psicólogo organizacional. Só ele tem ferramentas profissionais para realinhar relações e vínculos."

O psicólogo Marcos Luis Bruno, que trabalhou no Senac e na Rhodia e atualmente dirige o Instituto Pieron, lembra que o RH passa por uma grande revisão da sua missão dentro das organizações. "Esse movimento começou em nível mundial nos fins dos anos 70. No Brasil provavelmente nos fins dos 80, mas a grande crise está

começando agora, onde todas as atividades passam por um questionamento com relação a quanto elas agregam de valor para as organizações e entre elas a atividade de RH como um todo passa a ser ques-

mação profissional e atividades de trabalho: análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais", há um trecho em que ele afirma que "redirecionamentos na atuação dependem fundamentalmente

Para a professora, "existe entre os psicólogos um desconhecimento absolutamente abismal de técnicas estatísticas, de psicometria, pouco conhecimento de sociologia, antropologia, economia". "Os nossos cursos são máquinas de criar visão micro. Com essas armas não se vai muito longe. As universidades estão formando desempregados natos", diz Anna Mathilde. "Aos 50 anos, e depois de tantos anos lecionando, sinto um desânimo atroz com essa situação."

Para Marcos Bruno, a universidade precisa adequar o currículo e o corpo docente para pensar globalmente". Ele também defende uma formação mais generalista. Segundo Marcos Bruno, o psicólogo precisa entender também de sistema de empresa, de produção, um pouco de marketing e conceitos de custos. "Falando uma linguagem de computação, a universidade tem que estar on-line, em rede com o mercado. Ela tem que estar se antecipando, não correndo atrás." Para a professora Anna Mathilde, essa formação generalista incluiria disciplinas como fisiologia, neurologia, biologia, sociologia, bioquímica, antropologia e economia. "A necessidade de ter uma formação mais ampla deriva do fato de que o comportamento humano é multideterminado", afirma.

O consultor de empresas Luiz Felipe lembra que, além da formação básica, é necessário o uso de outras

"A universidade tem que estar on-line, em rede com o mercado, e não correndo atrás."

tionada. Tanto como existência quanto como missão. As atividades que não agregam valor começam a ser questionadas e colocadas de lado e até terceirizadas."

Despreparo

Na tese de pós-graduação de José Carlos Zanelli, intitulada "For-

do preparo para o desempenho competente das atividades". A professora Anna Mathilde Pacheco e Chaves, professora da USP no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, diz que há um descompasso muito grande entre as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho e o currículo das universidades. "A bibliografia é do paleolítico inferior, data de 1940", afirma.



“ferramentas” pelo profissional da área organizacional. “O contexto organizacional é complexo. As relações entre as pessoas estão medidas por diversos determinantes, que vão desde os interpessoais mais conhecidos até os interesses grupais mais amplos. Não é fácil decodificá-los e entendê-los para poder orientar uma intervenção ou um acompanhamento.” Zanelli também afirma em sua tese que “não se tem clareza, no Brasil, a respeito de questões relativas aos objetivos e conteúdos dos programas de preparo, ao papel e à profissionalização do psicólogo organizacional. A graduação parece constituir-se em um período de hibernação. Quando acaba, lança-se o aluno, recém-formado, para uma realidade assustadora.”

Esse despreparo para enfrentar a realidade do mercado de trabalho na área organizacional faz com que o psicólogo acabe não sabendo muito desenvolvimento dirigidos para a qualidade total, afirma que seu aprendizado ocorreu de “forma empírica, na raça”. “Como a profissão não é reconhecida, fica difícil mostrar para diretores e gerentes administrativos qual o papel a ser desempenhado. Acabo tendo problemas para mostrar que RH também é planejamento, decisão.”

Regina Célia Rodrigues de Souza, que terminou o ano passado o curso de psicologia na USP, diz que 40 das suas 80 horas de estágio obrigatório foram cumpridas com uma pesquisa chamada “Análise de Função”. Essa pesquisa consiste em perguntar a um trabalhador o que ele faz, como faz etc. Cada formulário respondido correspondia a 20 horas de estágio. As outras 40 horas foram cumpridas no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (Cepat), em que se limitou a analisar alguns currículos que deveriam ser encaminhados às empresas e a fazer a divulgação do órgão. A aluna Ana Carolina Garcia, que está cursando o 5º ano na PUC, diz que o estágio em psicologia organizacional que fez no 4º ano não passou de uma simulação do que seria estar trabalhando em uma empresa. Segundo Ana Carolina, “nem ficou muito claro do que se

tratava”.

Sobre a mesma questão Zanelli lembra ainda em seu estudo que, sob o pretexto de não se formar um profissional que alimente a engrenagem da produção em nossa sociedade, forma-se um profissional despreparado e que, de qualquer modo, encaminha-se para as organizações porque melhor pagam ou porque é necessário sobreviver. “E, dessa maneira, piora-se, em um ciclo retroalimentado, a imagem do psicólogo que não tem competência técnica e não tem discernimento para questionar e refletir sobre o próprio fazer, tanto nas atividades imediatas como na sua inserção política ao nível da própria organização ou da macroestrutura.”

Alienação

A respeito desse questionamento do papel do profissional, o psicólogo e professor Nicola Centrone defende que ele seja mais amplo. “Qual o papel do profissional e a quem ele serve?” são suas indagações na sala de aula. Para o professor, essa é uma questão fundamental que a universidade deveria levantar. “Esse questionamento não pode ser restrito meramente ao profissional da organização, porque todo profissional faz um juramento de servir a alguma causa, pessoa, problemática. Nós temos uma educação hoje que eu chamo de tecnocrata. Ensinam-se procedimentos, métodos, em síntese, a instrumentalização profissional para que o trabalho seja executado sem questionamento e reflexão. Nesse sentido, o sistema educacional não educa nem instrui.” Marcos Bruno acredita que, como as relações de trabalho estão passando por um questionamento, tem que haver outra visão, outro modelo de mundo, outra forma de abordar as coisas. “Essa dicotomia psicológica (de que lado você está, do patrão ou do empregado?) precisa ser superada e as tendências modernas de administração deverão facilitar.

Essa dicotomia acaba quando você cria condições para que as pessoas comecem a perceber outras possibilidades de vínculo. Passa por uma mudança macropolítica e social. No micro, o desenvolvimento de uma postura gerencial em que entra o trabalho do educador de modo geral. Não se trata de lavagem cerebral, mas de um outro tipo de vínculo. E o psicólogo é um dos especialistas em trabalhar vínculos entre as pessoas.”

Nicola Centrone diz que, muitas vezes, o psicólogo acaba se influenciando e vestindo a camisa da organização, quando na realidade o que existe entre ele e o patrão é um contrato de trabalho, em que há um limite formal imposto, como horário de trabalho e outras cláusulas que delimitam essa relação. O professor lembra que, ao vestir a camisa da empresa, o psicólogo acaba trabalhando no sentido de que os outros em-

pregados também se portem de maneira semelhante. “Mas há o risco de se vestir uma camisa fascista. Se vestir sem nenhum questionamento é um perigo porque acaba envolvendo as pessoas, elas perdem a noção de limite.” Para ele, a reflexão tem que se dar principalmente no nível universitário “porque as consequências são gravíssimas para o todo da sociedade.” “O fenômeno da alienação do campo filosófico de quem está na área de humanas é inadmissível. Confronta-se com os interesses capitalistas sem se preocupar se o trabalhador tem as condições mínimas para executar as tarefas exigidas. Hoje se fala em qualidade total, mas a empresa investe no ser humano porque se ele não produzir corretamente a qualidade baixa e o empresário tem prejuízo. Não existe a preocupação com o elemento humano propriamente. Tanto que o ser humano acaba se tornando descartável.”

A psicóloga Valéria Araújo descreve em que consiste sua atuação na indústria em que trabalha. “Eu treino o operário para executar bem o seu

serviço. Ele é responsável por peças de carros que não passam pelo controle de qualidade, vão direto para a linha de montagem. Procuo então desenvolver nesse operário a responsabilidade e a motivação. Mas fica difícil falar em qualidade total para alguém que mora em uma favela. O que treinar, o que falar? Porque qualidade significa também qualidade de vida, começa quando você acorda e escova os dentes.” Para Marcos Bruno, o caminho para resolver o conflito interno do psicólogo em relação ao seu papel é questionar se o tipo de cultura, valores, vínculos que a empresa quer desenvolver com os funcionários é um vínculo alinhado com os princípios de saúde ou não. É onde, em sua avaliação, detecta-se um outro problema.

Como o psicólogo também é um funcionário da empresa sente-se preso a um dilema: “Se exerço uma crítica, meu cargo fica ameaçado ou não?” Para Marcos Bruno, esse medo de questionar é um medo arcaico de ameaça ao emprego, ao sugerir que se faça um corte para enxugamento de custos, não está envolvendo apenas os demitidos. Junto com esses estão sendo demitidos muitos outros que dependem daquele salário. E alerta para o poder que o psicólogo acaba tendo nas mãos ao escolher quem fica e quem é excluído. “Esse profissional tem nas mãos um instrumento de discriminação.”

Nicola diz também que não existe justificativa para se manter as coisas erradas. “Tem que haver um compromisso histórico de estar batalhando por mudanças, mas o que se percebe é que as pessoas estão desprovidas de alternativas. As ações não podem ocorrer de forma isolada. As pessoas têm que somar em conselhos de psicologia, de medicina, para atuar em conjunto. A questão de cidadania, de lutas, não se faz presente rapidamente, mas sim a médio prazo.”



Conselho Federal de Psicologia condena atendimento telefônico

O Conselho Federal de Psicologia publicou no Diário Oficial da União, no dia 20 de fevereiro passado, uma resolução que proíbe ao psicólogo prestar atendimento por telefone. Dessa forma, o Código de Ética em seu artigo 2 fica acrescido de mais um parágrafo, além dos 13 já existentes, que dispõe sobre a questão. Como trata-se de resolução do Conselho Federal, é válida em todo o território nacional, devendo todos os Regionais acatarem a decisão.

Veja os itens da resolução:

Ementa - dispõe sobre prestação de serviços psicológicos por telefone. O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando análise efetivada pela Câmara de Orientação e Fiscalização sobre anúncios publicados em jornais relativos a serviços

tais como tele-ajuda, tele-aconselhamento e similares; considerando que a matéria tem sido objeto de consultas a este Conselho Federal; considerando finalmente que é atribuição do Conselho Federal de Psicologia orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, resolve:

Art. 1º - Incluir a alínea "O" no Art. 02 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, resolução CFP 002/87 de 15 de agosto de 1987 com a seguinte redação:

"Art. 02 - Ao psicólogo é vedado:

(...)

O) Prestar serviços ou mesmo vincular seu título de Psicólogo a serviços de atendimento psicológico via telefônica."

Art. 2º - Caberá aos Conselhos Regionais fiscalizar, junto à cate-

goria, a observância do disposto na presente resolução.

Independente do mérito da questão, a gestão Psicologia e Cidadania discorda e lamenta a forma como foi tomada a decisão do Conselho Federal. Existe um Fórum específico que vem estudando e debatendo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, com o objetivo de propor alterações que contemplem procedimentos como esse. Essa discussão está sendo realizada não apenas na sexta região, mas também no restante do país, conforme deliberação do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia.

Desta forma, o CRP-06 considera a medida inoportuna nesse momento, principalmente porque altera o Código de Ética, sem uma consulta aos grupos de debate que estão estudando a questão.

SERVIÇO

Obsessão/compulsão

O Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP realiza, no dia 8 de abril, o simpósio "Transtornos do Espectro Obsessivo-compulsivo: diagnóstico e tratamento". O evento destina-se a estudantes e profissionais ligados à área da saúde e acontece das 7:30 às 18:30 horas, no anfiteatro do Instituto. Serão abordados temas como as compulsões e impulsos (cleptomania, jogar compulsivo, comprar compulsivo, compulsões sexuais), bulimia, hipocondria monossintática delirante, entre outros. Informações pelo tel/fax - (011) 853-3531.

Psicanálise

O Pólo Lorena da Escola Brasileira de Psicanálise realiza, a partir de 25 de abril, várias conferências. A primeira será sobre o tema "Os poderes da palavra", com o psicanalista Rômulo Ferreira da Silva, no dia 25, às 20:00 horas, no Auditório São Joaquim da Faculdade Salesianas. Também já estão programadas as conferências dos meses de maio e junho sobre os temas "O que isso quer dizer: decifrar e interpretar" (dia 30/05, com a psicanalista Sílmia Sobreira) e "Interpretação e psicanálise com crianças (dia 13/06, com a psicanalista Marta Monteiro). Os dois eventos acontecem das 15:00 às 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Saúde de Lorena. Informações pelos tels.: (0125) 22-4535, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas e (0125) 52-4954, das 18:00 às 22:00 horas. As atividades são abertas e gratuitas.

Adolescência

O Núcleo de Estudos da Adolescência da PUC está realizando um ciclo de palestras intitulado "Conversando sobre adolescência", às quartas-feiras, das 19:30 às 22:00 horas. A próxima, que acontece no dia 19 de abril, trata do tema "Pesquisando o adolescente", com a apresentação de trabalhos realizados por alunos da Faculdade de Psicologia da PUC. No dia 17 de maio será apresentado o tema "Caracterizando o adolescente" e em 21 de junho a palestra será sobre "Gravidez na adolescência". Todas as palestras serão na sala 134 do prédio novo da PUC, à Rua Ministro Godoi, 969, Perdizes. Informações pelo tel.: (011) 864-1012.

DEBATES

Convênios e psicoterapias

O CRP-06 está organizando um debate onde a psicologia clínica, o clinicalismo e os convênios estarão em pauta. O evento acontece no dia 10 de junho das 9:00 às 17:00 horas com participação gratuita, devendo as inscrições ser feitas até o dia 25 de maio na sede do CRP.

O debate é o resultado do trabalho que o grupo de discussão sobre o tema vem desenvolvendo e tem por objetivo ampliar o espaço de discussão sobre as psicoterapias no Brasil. Essa discussão, que já vem acontecendo na sexta região e que já mereceu matérias no *Jornal do CRP*, vem obtendo grande repercussão entre os profissionais, o que também motivou a realização do evento.

O ponto de partida para esse trabalho foi a urgência de se repensar os modelos em psicoterapia, de forma a garantir um trabalho mais adequado à realidade brasileira, onde psicologia e saúde possam atuar de forma mais integrada e acessível à população.

Além disso, a partir da demanda ao Centro de Orientação do CRP, com questões referentes às relações dos psicólogos com os diversos convênios de saúde (credenciamento, honorários, ética etc), a comissão começou a executar o Projeto Convênios. Foram feitos contatos com representantes do setor para identificar demandas e criar um trabalho conjunto que garanta a qualidade dos serviços prestados por psicólogos credenciados a esse tipo de serviço.

A partir das consultas realizadas ao Centro de Orientação constatou-se uma demanda considerável de psicólogos clínicos com questões éticas e técnicas, o que demonstrou a necessidade de abrir-se discussões a respeito.

Dessa forma, o debate pretende aprofundar os três temas e informar os psicólogos sobre o andamento do trabalho da comissão de psicoterapias, que se reúne às sextas-feiras das 14:00 às 16:30 horas.

Modelos de formação

O fórum de debates sobre a formação do psicólogo realiza, no dia 27 de abril, às 19:30 horas, no Instituto Sedes Sapientiae, o evento "Reverendo modelos de formação em psicologia". Foram convidadas três professoras para apresentar suas experiências em universidades diferentes: Silvia Leser de Melo, diretora do Instituto de Psicologia da USP, Odete de Godoy Pinheiro, professora da PUC, e Maria Aparecida Pellissari, professora da Unimep.

De acordo com a comissão organizadora, o evento deverá ampliar a discussão sobre a formação e levantar subsídios para que se possa pensar um novo modelo curricular, já que este ano o fórum deverá apresentar um anteprojeto sobre o tema, conforme decisão da plenária do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia. Este anteprojeto, após aprovação da categoria, será remetido ao Congresso Nacional.

CURSOS DE EXTENSÃO

Psicologia Ambiental e Comunitária

Duração: ago a nov/95 e mar a jun/96
Carga horária: 3h/semana - Total: 96h
Docente: Profa. Dinalva M.C. Tavares
Matrículas: jun/95

Psicoterapia Breve Psicodinâmica

Duração: ago a nov/95 e mar a jun/96
Carga horária: 3h/semana - Total: 96h
Docente: Profa. Dra. Kayoko Yamamoto
Matrículas: jun/95

Psicofarmacologia Clínica - Noções Básicas

Duração: ago a dez/95
Carga horária: 4h/semana - Total: 76h
Docente: Prof. Luiz C. Bethancourt de Souza
Matrículas: jun/95

Identidade e Identidade Profissional

Duração: ago a nov/95 e mar a jun/96
Carga horária: 3h/semana - Total: 96h
Docentes: Psic. Marlene Rosemberg
Psicanalista Rahel Boraks
Matrículas: jun/95

Inscrições:
Universidade São Judas Tadeu,
setor de Cursos de Extensão
Fone 948-1677, ramal 254.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL:

questão da liberdade de escolha.

Bohoslavsky: Uma abordagem crítica
Uma proposta alternativa em orientação vocacional (O trabalho do NACE):

- Valores e Expectativas
- Trabalho
- Informação Profissional
- Autoconhecimento

Clientela: Pedagogos, Psicólogos,
Professores e outros profissionais
interessados no tema.

Carga Horária: 15 horas

- Horário/dia: terças feiras das
19h30 às 22h30, de 09 de maio a
06 de junho de 1995.

Local do Curso

R. Benedito Lapin, 157 - Itaim Bibi.

Docentes:

- Silvio Duarte Bock
Pedagogo pela PUC-SP. Diretor do
Departamento de Orientação Vocacional do NACE. Responsável pela
implantação Carlos Chagas de 1981 a
1987. Orientador Educacional do
Colégio Equipe (1977-1981).
- Wanda Maria Junqueira Aguiar
Psicóloga pela PUC-SP, 1976. Mestre
em Psicologia Social pela PUC-SP.
Professora Supervisora na área de Psicologia Educacional e Orientação Vocacional na Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Psicóloga do Programa de Orientação Vocacional no NACE.

Promoção: Nace - Núcleo de
Atendimento e Consultoria em Educação.

Informações e Inscrições:
NACE, à Rua Benedito Lapin, 157,
tel/fax: 829-2412 e 820-3483.

**Associação elege
nova diretoria
em maio**

Os assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo elege, no dia 2 de maio, a nova diretoria de sua associação, para um mandato de 2 anos. Está concorrendo uma única chapa. A apuração será feita no mesmo dia e o resultado final será proclamado no dia 6 de maio.

No interior a votação será por correspondência, que deverá ser postada até o dia 24 de abril, em sobrecarta e endereçada à sede da Associação à Rua Tabatinguera, 131 —, Mezanino — Centro SP. Tel.: (011) 607-6766. Já na capital a votação acontece em 4 lugares:

- ° Associação: endereço acima.
- ° CRP, à rua Borges Lagoa 74 - Vila Mariana.
- ° Conselho Regional de Serviço Social, à Rua Conselheiro Nébias, 1022 - Santa Cecília.
- ° Sindicato dos Psicólogos, Rua Caio Prado, 347 - Consolação.

A chapa é composta pelos seguintes profissionais:

Presidente - Dayze César Franco Bernardi (Psic. judiciária - Taubaté)

1ª secretária - Maria Luisa Campos Bueno (Psic. judiciária - Vara do Brás)

2ª secretária - Ary Giannetti Machado (As. Social judiciário aposentado)

1ª tesoureira - Martha Maria Arradi Borges Honório (As. Social judiciária - Barra Bonita)

2ª tesoureira - Esvanilde Dias Figueiredo (As. Social judiciária - Jaú)

Maiores informações na sede do CRP: Rua Borges Lagoa, 74, Vila Mariana. Tel.: (011) 574-7133.

**Atenção,
psicólogo!**

Calendário eleitoral

Dia 28 de agosto haverá eleições para os psicólogos do Brasil todo. Serão eleitas as novas gestões dos Conselhos Regionais e a primeira chapa para o Conselho Nacional de Psicologia. As urnas estarão abertas entre as 8:00 horas e as 17:00 horas, nas sedes e sub-sedes. As chapas deverão ser inscritas até o dia 13 de julho, às 17 horas.

As chapas para os Conselhos Regionais deverão ser compostas por 15 membros efetivos e 15 suplentes e para o Conselho Nacional por 9 membros.

**As condições de elegibilidade,
de acordo com o edital, são as seguintes:**

- a) Ser cidadão brasileiro
- b) Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais.
- d) Inexistência de condenação a pena superior a dois anos em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal.
- e) Inexistência de penalidade por infração ao Código de Ética transitada em julgado há menos de cinco anos.

**Subsede
Ribeirão Preto**

**Novo
endereço**

R. Gal. Osório, 882 — 2º andar
sala 23 — Centro

O telefone continua o mesmo:
(016) 636.9021

Convocação

O Conselho Regional de Psicologia - Sexta Região e o sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo estão convocando todos os psicólogos que trabalham na Prefeitura Municipal de São Paulo e em órgãos estaduais para assembléia deliberativa em que serão aprovados os textos finais da proposta de projeto de piso salarial e carga horária a serem encaminhadas à Câmara Municipal de São Paulo e à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A assembléia será realizada no dia 27 de abril de 1995, às 10:00 horas no Sinpro - Sindicato dos Professores - à Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Mariana (a 100 metros da sede do CRP).

Psicólogos debatem alterações na lei que regulamenta a profissão

Depois de realizar sistematização das teses aprovadas no Congresso realizado em agosto passado, Fórum de Debates discute agora a melhor forma de encaminhar mudanças.

Lei 4.119

O fórum de debates sobre a Lei 4.119 - exercício profissional já terminou a primeira etapa de seu trabalho: avaliar a pertinência das propostas de alteração da lei aprovadas no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado em agosto do ano passado. O próximo passo é decidir as linhas que deverão nortear o anteprojeto, a ser enviado ao Rio de Janeiro até o dia 30 de abril. Essa é a data fixada para que todos os Regionais enviem seus anteprojotos, que, depois de serem analisados, servirão de base para a formulação de um único documento.

Existem três alternativas a serem debatidas em âmbito nacional: propor alterações estruturais na Lei 4.119, propor alterações em alguns artigos ou não formular anteprojeto de Lei, optando-se pela manutenção da atual legislação.

Na jurisdição do CRP-06 há um consenso de que a lei necessita de alteração. Os debates, agora, giram em torno do alcance das mudanças a serem propostas. Nesse sentido existem duas opções de ação diferenciadas.

De acordo com a primeira, os psicólogos deverão apresentar alternativas a alguns artigos da Lei 4.119 que estão ultrapassados e, por isso, dificultam o exercício profissional. Nessa discussão, o principal alvo é o artigo 13 da lei, que determina as atribuições e competências do psicólogo. Vários artigos eram pertinentes no momento de elaboração da legis-

lação, mas a realidade mudou e hoje, com as novas práticas incorporadas ao exercício profissional do psicólogo, elas não estão contempladas.

Já pela segunda proposta, o fórum não deverá formular alterações para a lei. Em vez disso, os Conselhos deverão aproveitar a legislação existente (a 4.119) para ampliar os limites do exercício profissional sob a forma de resoluções. Paralelamente, os psicólogos continuariam com os debates para definir as competências nos novos campos de trabalho que foram incorporados à profissão.

Como a lei dá margem a várias interpretações, o Conselho pode ampliar as regulamentações, incorporando as novas práticas. Um bom exemplo são as psicoterapias, que aparecem subentendidas no texto da lei como competência do psicólogo. Até o momento da regulamentação da profissão (1962) as psicoterapias eram consideradas "privativas" de psiquiatras, e essa foi a única forma de aprovação encontrada.

Ainda de acordo com essa proposta, neste momento o prioritário é definir as competências nos novos campos de atuação. É o caso da discussão em torno do exercício da orientação psicopedagógica. De acordo com a lei, essa prática é atribuição do

psicólogo, mas muitos pedagogos a estão exercendo. Para os profissionais reunidos no fórum, é necessário neste momento proceder a uma discussão em que fique definido o que é a psicopedagogia e o tipo de prática que cabe a cada um dos profissionais envolvidos — psicólogos e pedagogos — nessa especialidade.

Para os psicólogos, a prioridade neste momento é definir as competências dos diversos profissionais nos novos campos de atuação, como a psicopedagogia e o magistério nos cursos de segundo grau.

Da mesma forma a lei prevê a possibilidade de os psicólogos lecionarem em escolas de segundo grau, embora, na realidade, esse direito não seja reconhecido. Essas questões, segundo os profissionais que estão estudando a lei, poderiam ser solucionadas se regulamentadas pelo próprio Con-

selho.

Nos debates surgiu ainda uma outra questão polêmica. Se é pertinente propor que determinadas práticas sejam privativas do psicólogo. Embora existam posições favoráveis a essa tese, também há o contraponto. Enquanto alguns consideram que essa seria uma forma de resolver um espaço no mercado de trabalho, outros argumentam que essa é uma tendência corporativista e inócua do ponto de vista de ampliar as possibilidades de trabalho para o psicólogo.

Outro ponto levantado pelos que defendem que não se envie agora uma proposta definitiva de alteração

na legislação é a necessidade de fazer uma análise de conjuntura. No momento atual, com as atenções voltadas para a reforma constitucional, dificilmente os deputados teriam condições de avaliar as propostas dos psicólogos.

Histórico

Para chegar ao ponto de debates em que os psicólogos se encontram hoje foi percorrida uma trajetória que teve início na realização dos Congressos Regionais em todo o país. As decisões desses encontros foram levadas ao Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, em agosto do ano passado, onde se deliberou pela criação dos fóruns de debates sobre exercício profissional e formação.

Na 6ª Região foram criados os fóruns em São Paulo e grupos de debates em todas as subseções. Inicialmente foi feita uma sistematização das teses aprovadas no Congresso e concluiu-se que vários temas tinham eixos comuns. Realizou-se então uma releitura das teses aprovadas e novo agrupamento em eixos temáticos.

No fórum estão reunidos profissionais de várias áreas da psicologia (judiciário, trabalho, trânsito, psicoterapias etc.), conselheiros e psicólogos de várias cidades da 6ª Região, que foram delegados no processo constituinte. A discussão conta também com a participação de outras entidades, como o sindicato dos psicólogos e Fenapsi.

Os debates serão ampliados para toda a categoria, na sede e nas subseções. Os interessados em participar deverão buscar informações no CRP pelo tel.: 574-7133 ou na sua região.